

Esforço concentrado no Congresso deixa para Cardoso ônus de vetos impopulares

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

A doze dias da posse dos novos parlamentares, o Congresso Nacional encerrou ontem o último esforço concentrado desta legislatura sem impor ao novo governo qualquer derrota constrangedora, mas também não deixou espaço para que o presidente Fernando Henrique Cardoso ampliasse sua força política dentro do Legislativo.

Embora o Executivo tenha garantido duas importantes vitórias na última quarta-feira à noite, quando foram aprovados o projeto de lei que regulamenta as concessões de serviços públicos à iniciativa privada e a medida provisória que garantirá o aumento da arrecadação do Tesouro Nacional em R\$ 2,1 bilhões, o Congresso Nacional também deixou como saldo de sua convocação extraordinária duas ingratas missões a Cardoso.

O presidente já adiantou através de seu porta-voz,

Sérgio Amaral, que vetará o aumento do salário mínimo para R\$ 100 (ver matéria nesta página), aprovado na quarta-feira pela Câmara e referendado ontem pela manhã pelo Senado Federal. Apesar de toda a argumentação levantada pelo Palácio do Planalto, de que o reajuste provocaria a falência da Previdência Social, Cardoso não terá como evitar um desgaste político perante a opinião pública. Sua situação fica mais delicada ainda porque deverá sancionar o aumento do próprio salário, que sobe para R\$ 8,5 mil, e de seu vice e ministros de Estado, que passam a receber a partir de fevereiro R\$ 8 mil, assim como os deputados e senadores.

SANÇÃO POLÊMICA

Para evitar um confronto com o Legislativo, ainda mais às vésperas de iniciar as negociações para a votação das reformas constitucionais, o presidente terá de sancionar o polêmico projeto que anistia o presidente

do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que teve seus direitos políticos cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por uso indevido da Gráfica do Senado.

O projeto, que deverá beneficiar ainda outros 14 parlamentares acusados do mesmo crime eleitoral, foi aprovado anteontem à noite pela Câmara. Os deputados optaram, no entanto, por elaborar um substitutivo estabelecendo que os cofres públicos deveriam ser ressarcidos. Para não perder tempo, o Senado abriu uma sessão extraordinária às 23h57 da quarta-feira para votar a alteração feita pela Câmara. Treze minutos foram suficientes para que a matéria estivesse pronta para ir à sanção presidencial.

PENSÃO DOS EX-PRESIDENTES

Já ontem pela manhã, a Câmara não conseguiu aprovar o projeto de lei que disciplina a concessão de uma pensão vitalícia para os ex-presidentes da Repú-

blica. Embora o projeto tivesse recebido o apoio das principais lideranças da Casa, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), antigo integrante da tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor, barrou a aprovação, ameaçando com um pedido de verificação de quórum. A sessão acabou suspensa por falta de quórum.

Antes, no entanto, os deputados aprovaram projeto de resolução que cria uma comissão permanente de fiscalização financeira e controle, que acompanhará a execução orçamentária da União. A Câmara também aprovou uma emenda do Senado ao projeto que estabelece regras para a importação de produtos de origem animal e vegetal. A emenda exige que o Executivo regularmente a nova lei no prazo máximo de noventa dias.

No Senado Federal foi aprovada a redação final do projeto de lei sobre concessões de serviços públicos. A matéria agora vai à sanção presidencial.